

AValiação para Progressão Funcional 2013

CADERNO DE PROVA

PERFIL: 08 – JURÍDICO



Para uso do Instituto QUADRIX

TIPO 8H

INFORMAÇÕES

- **02/12/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

CHAVE DE SEGURANÇA: JUR777

INSTITUTO
QUADRIX

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1. Confira se seu CADERNO DE PROVA corresponde ao perfil de sua inscrição. Este caderno contém cinquenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis imediatamente, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
3. O CARTÃO-RESPOSTA, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para a correção das questões objetivas expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
5. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
6. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou as FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
7. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
8. Na seção LÍNGUA ESTRANGEIRA, responda apenas às questões do idioma que tiver escolhido em sua inscrição.
9. A duração total da prova objetiva é de 3 horas, incluindo o tempo destinado à entrega das provas, identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala, no mínimo, por 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao empregado copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros empregados nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA e deixe o local de prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto abaixo.

Votação do marco civil da internet pode ser adiado

ERICH DECAT
Agência Estado

Previsto na pauta do plenário da Câmara, o projeto que cria o marco civil da internet não deve ser votado nesta semana. A previsão é do líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e do líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), que comanda a segunda maior bancada da Casa. O Marco Civil é uma espécie de Constituição da internet, que estabelece direitos, garantias e deveres dos usuários e empresas do setor.

"Não se chegou a nenhum texto de acordo. Não vejo clima de consenso", disse Eduardo Cunha. O projeto está parado há dois anos no Congresso e tem como um dos principais pontos de impasse o artigo que trata da neutralidade de rede.

"Temos uma sessão no plenário para discutir sobre o tema e acredito que não dê tempo para se absorver tudo e votar no mesmo dia", considerou Chinaglia.

De acordo com a proposta original, não deve haver qualquer tipo de privilegio na transmissão dos dados, independentemente de conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicativo. Dessa forma, ficaria impedida a criação de "pacotes" que concedam acessos a determinados conteúdos da internet. As empresas de telecomunicação se queixam desse modelo, sob alegação de que a regra poderia engessar o crescimento das redes.

(...)

(Disponível em www.estadao.com.br)

QUESTÃO 1

Sabe-se que as orações subordinadas exercem, em relação às principais a que se conectam, determinadas funções sintáticas. Tendo em mente tal conceito, observe a oração em destaque no período a seguir:

Previsto na pauta do plenário da Câmara, o projeto que cria o marco civil da internet não deve ser votado nesta semana.

Assinale a opção em que o termo destacado não exerce a mesma função sintática da oração em destaque no período acima.

- (A) A previsão é do líder do governo [...].
- (B) O Marco Civil é uma espécie de Constituição da internet [...].
- (C) De acordo com a proposta original, não deve haver qualquer tipo de privilegio na transmissão dos dados.
- (D) De acordo com a proposta original, não deve haver qualquer tipo de privilegio na transmissão dos dados.
- (E) As empresas de telecomunicação se queixam desse modelo, sob alegação de que a regra poderia engessar o crescimento das redes.

QUESTÃO 2

Sobre a palavra "usuários", em destaque no texto, é correto afirmar que:

- (A) não possui ditongos, nem poderia possuir, já que, nesse caso, não poderia receber qualquer tipo de acentuação gráfica.
- (B) possui três hiatos, todos formados pelas mesmas vogais, separando-se de maneira idêntica.
- (C) possui um hiato entre a segunda vogal "u", na segunda sílaba, e a vogal "a", na terceira sílaba.
- (D) no contexto em que aparece, funciona como adjetivo, embora seja, na maior parte dos casos, um nome.
- (E) no contexto em que aparece, exerce função sintática de sujeito composto.

QUESTÃO 3

Observe:

Período I

O projeto está parado há dois anos no Congresso e tem como um dos principais pontos de impasse o artigo que trata da neutralidade de rede.

Veja, agora, a mudança de tempo verbal:

Período II

O projeto estava parado havia dois anos no Congresso e tinha como um dos principais pontos de impasse o artigo que tratava da neutralidade de rede.

Sobre as duas maneiras de organizar o período, registradas acima, analise as afirmações.

- I. No período I, a forma verbal "há" deveria aparecer no plural.
- II. No período II, a forma verbal "havia" deveria aparecer no plural.
- III. Em ambos os períodos, houve desrespeito às normas de concordância verbal em mais de uma passagem.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) nenhuma das afirmações.

QUESTÃO 4

No período "acredito que não dê tempo", a oração em destaque pode ser classificada como _____ e exerce função de _____ em relação à oração principal.

Assinale a opção que preencha adequada e respectivamente as lacunas acima.

- (A) subordinada substantiva/ complemento verbal
- (B) subordinada adverbial/ sujeito
- (C) coordenada sindética explicativa/ predicativo
- (D) subordinada adjetiva/ aposto
- (E) subordinada adverbial/ adjunto adverbial

QUESTÃO 5

Observe, a seguir, descrições sobre regras de acentuação gráfica em língua portuguesa.

Regra I: são acentuadas as palavras oxítonas terminadas em a(s), e(s) e o(s).

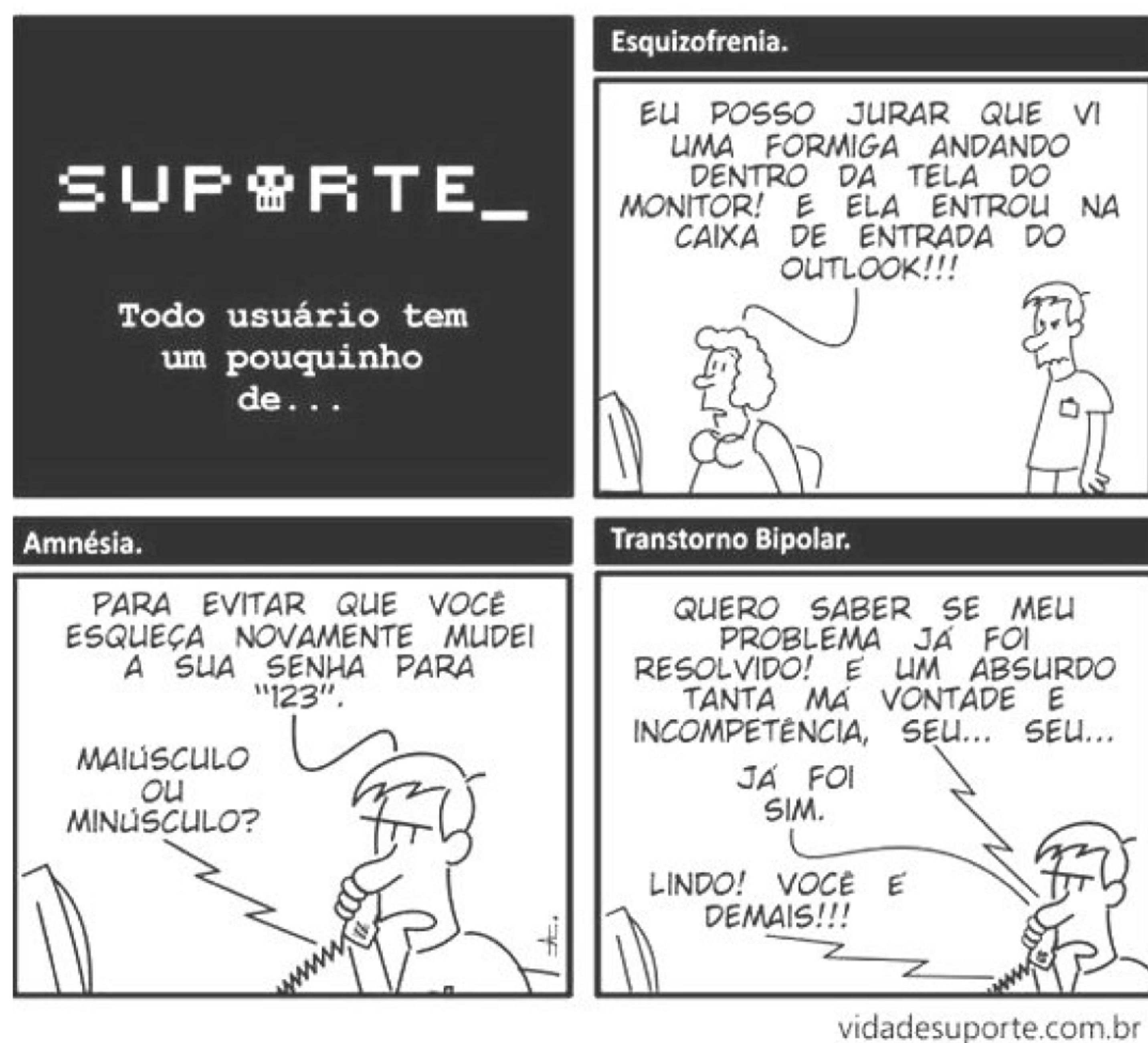
Regra II: todas as palavras proparoxítonas são acentuadas.

Regra III: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo.

Considerando que a palavra “privilégio”, que aparece em destaque no texto, está corretamente acentuada, pode-se estabelecer relação entre tal palavra e:

- (A) as regras I e II, somente.
- (B) a regra III, somente.
- (C) a regra I, somente.
- (D) a regra II, somente.
- (E) as regras II e III, somente.

Para responder às **questões** de **6 a 10**, leia a tirinha a seguir.



(Disponível em vidadesuporte.com.br)

QUESTÃO 6

Sobre os quadrinhos, pode-se afirmar que:

- (A) para ser capaz de compreender a tirinha, é necessário que o leitor seja profissional de suporte.
- (B) os quadrinhos desqualificam os profissionais responsável por suporte técnico.
- (C) não há relação entre linguagem verbal e não verbal.
- (D) a mulher do primeiro quadrinho representa um tipo de profissional de suporte técnico.
- (E) não há, necessariamente, sequência temporal cronológica entre os quadrinhos.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que a primeira fala do segundo quadrinho tenha sido reescrita de maneira a respeitar as normas de regência verbal.

- (A) Fiz a alteração para que você não se esqueça sua senha novamente.
- (B) Fiz a alteração para que você não se esqueça de sua senha novamente.
- (C) Fiz a alteração para que você não a esqueça sua senha novamente.
- (D) Fiz a alteração para que você não a esqueça de sua senha novamente.
- (E) Fiz a alteração para que você não lhe esqueça, sua senha, novamente.

QUESTÃO 8

O humor na tirinha é gerado, principalmente:

- (A) pela presença de palavras de baixo calão.
- (B) pelo excesso de gírias e pelo uso de linguagem informal.
- (C) pela construção de um estereótipo do usuário de tecnologia, de uma maneira caricatural.
- (D) pela construção da ideia de que os usuários de internet jamais se comunicam com profissionais de suporte.
- (E) pelo uso repetido de hipônimos e hiperônimos.

QUESTÃO 9

Veja:

Eu posso jurar que vi uma formiga andando dentro da tela do monitor! E ela entrou na caixa de entrada do Outlook.

A palavra “ela” retoma “formiga”: logo, participa de um processo de coesão:

- (A) referencial anafórica.
- (B) referencial catafórica.
- (C) sequencial endofórica.
- (D) sequencial exofórica.
- (E) sequencial catafórica.

QUESTÃO 10

Veja:

Quero saber se meu problema já foi resolvido.

Sobre esse trecho, pode-se afirmar que:

- (A) não apresenta locuções verbais.
- (B) tem apenas uma oração.
- (C) apresenta apenas sujeitos inexistentes.
- (D) é período composto e há subordinação.
- (E) é uma frase nominal, apenas.

LÍNGUA ESTRANGEIRA

ATENÇÃO: Responda apenas às questões do idioma que tiver escolhido em sua inscrição.

ESPAÑHOL: páginas 4 e 5.

INGLÊS: páginas 5 e 6.

ESPAÑHOL

Lee el siguiente texto para contestar a las cuestiones de 11 a 15.

LAS CIUDADES LATINOAMERICANAS BUSCAN UN FUTURO MÁS INTELIGENTE

El teleférico de Río o el sistema de bicis de Buenos Aires son ejemplos de las innovaciones que requieren las urbes actuales

Termómetro Social de América

Robert Valls Buenos Aires 23 OCT 2013 - 17:02 CET2

Primera escena, en algún lugar del futuro en Latinoamérica: coches circulando por los aires, casas inteligentes en las que un simple chasquido de dedos prende las luces, calles amplias, limpias y sin tráfico, las enfermedades sólo un mal recuerdo.

Escena dos, en pleno siglo XXI: residentes de Buenos Aires, Ciudad de México y Bogotá se quejan en las redes sociales de “tráfico a todas horas”, “calles rotas”, “no se recoge la basura”, “la salud no es para todos”.

La realidad en Latinoamérica –y en el resto del mundo- dista mucho de estas imágenes futurísticas, que parecen sacadas de Hollywood o de libros de ficción.

Teniendo en cuenta que el 80% de latinoamericanos –es decir, más de 400 millones de personas- vive en las ciudades, los retos ya están sobre la mesa: menos contaminación, reducir los atascos en calles y carreteras o incorporar nuevas tecnologías en las áreas de transporte o salud.

Al fin y al cabo, se trata de hacer que nuestras ciudades sean más habitables, y de contribuir a un planeta más sustentable.

“Se necesita tener una visión estratégica en el desarrollo de las ciudades, saber cuáles son las necesidades de cada ciudad y la voluntad de sus ciudadanos. En este sentido, las nuevas tecnologías pueden favorecer modos de movilidad más eficientes, sin olvidar la equidad de los espacios públicos”, dijo Verónica Raffo, especialista en transporte del Banco Mundial.

Algunas ciudades parecen llevar la avanzadilla. Es el caso de Río de Janeiro, que con su sistema de teleférico conecta, en 16 minutos, a los habitantes de la favela Complexo de Alemão con el resto de la ciudad; o de Buenos Aires, con su sistema de intercambio de bicicletas –Ecobici-, gratis y manual, con el que se realizan más de 5.000 viajes al día.

Uno de los problemas centrales es la abundancia vehicular. Latinoamérica es la región en desarrollo

donde más rápidamente se ha expandido el parque automotriz. Aunque lo más grave no es el número de vehículos sino las horas que están inactivos. Por ejemplo, en una ciudad como Buenos Aires, el 75% del tiempo el auto está parado, y el 90% de los coches que entran a la ciudad transportan solamente a una persona, de acuerdo a los especialistas.

Salud, el gran desafío

Los retos que se plantean en el ámbito de la salud son apremiantes. La aglomeración en grandes centros urbanos implica estilos de vida generalmente sedentarios, y ambientes sociales expuestos a riesgos para la salud –desde la calidad del agua o del aire, hasta la contaminación acústica o las enfermedades infecciosas.

“La mitad de la humanidad vive en zonas urbanas”, explicó Luis Pérez, especialista de salud del Banco Mundial. “Y las mega-ciudades tienen una importancia estratégica a nivel mundial, por lo que los problemas de salud tienen una trascendencia global. Ejemplos claros los encontramos en el VIH, el H1N1, la fuga radioactiva en Hiroshima o el huracán Katrina en Nueva Orleans”.

En esta línea, las enfermedades infecciosas, el medio ambiente o las enfermedades crónicas provocadas por el estilo de vida (sedentarismo o consumo de tabaco y alcohol, por ejemplo), se presentan como las principales amenazas a la salud en las grandes urbes.

El cigarrillo, por ejemplo, mata cada año a 5,6 millones de personas, según la Organización Mundial de la Salud.

Pero, de nuevo, los avances técnicos están irrumpiendo con fuerza en este terreno.

“La salud ya se está adaptando a los nuevos tiempos”, explicó el Dr. Luis Carnigia, director de relaciones institucionales del Hospital Garrahan, en Buenos Aires.

“Los procesos médicos ahora son más eficientes, e incluso más económicos, gracias a las consultas a distancia, el telefax o la tele-presencia. Se trata de nuevas herramientas adaptadas a nuevos estilos de vida”.

Robert Valls es productor online del Banco Mundial.
(<http://www.elpais.es>)

QUESTÃO 11

En la exposición del texto el autor hace referencia a una posible sociedad latinoamericana idealizada del futuro. En esta introducción:

- (A) Se afirma que los males de salud serán cosas del pasado.
- (B) No se acordaron de comentar nada sobre la salud.
- (C) Se sugiere que las personas tendrán una salud más debilitada.
- (D) Se insinúa que las personas sufrirán más a causa del mal uso de la tecnología.
- (E) Solo se hace referencia a máquinas que no sufren enfermedades.

QUESTÃO 12

En el panorama inicial, al evaluar las quejas de los habitantes de metrópolis latinoamericanas actuales, se da énfasis:

- (A) Al problema de las drogas, la infraestructura de higiene y a la salud.
- (B) A la salud, la infraestructura de transporte y al problema de las drogas.
- (C) A la estructura viaria, la infraestructura de higiene y a la sanidad.
- (D) Al problema de las drogas, de la salud y de la infraestructura viaria.
- (E) Al problema de la alimentación, del mal uso del agua y de las drogas.

QUESTÃO 13

Sabiendo que la mayor parte de la población latinoamericana vive en las ciudades, el texto afirma que los desafíos para solucionar los problemas existentes:

- (A) Todavía no se saben cuáles son aunque Verónica Raffo puntualiza los principales.
- (B) Aún están en estudios.
- (C) Son retos que no se han archivado.
- (D) Son conceptos abandonados sobre la mesa.
- (E) Ya son conocidos.

QUESTÃO 14

Apoiado en las ideas presentadas por Verónica Raffo, el autor demuestra que:

- (A) Hay ciudades que todavía no se han concienciado, como es el caso de Río de Janeiro y Buenos Aires.
- (B) Río de Janeiro y Buenos Aires ya han hecho proyectos que demuestran su delantera para solucionar los desafíos planteados para Latinoamérica.
- (C) Río de Janeiro y Buenos Aires están invirtiendo en sistemas equivocados de movilidad.
- (D) Río de Janeiro y Buenos Aires han elegido opciones con matices diferentes y objetivos antagónicos.
- (E) Aún con proyectos interesantes, Río de Janeiro y Buenos Aires no logran resultados positivos respecto a la movilidad, por eso son ciudades que todavía necesitan avanzar para destacarse en Latinoamérica.

QUESTÃO 15

Según el texto, cuál de las afirmaciones a seguir es correcta:

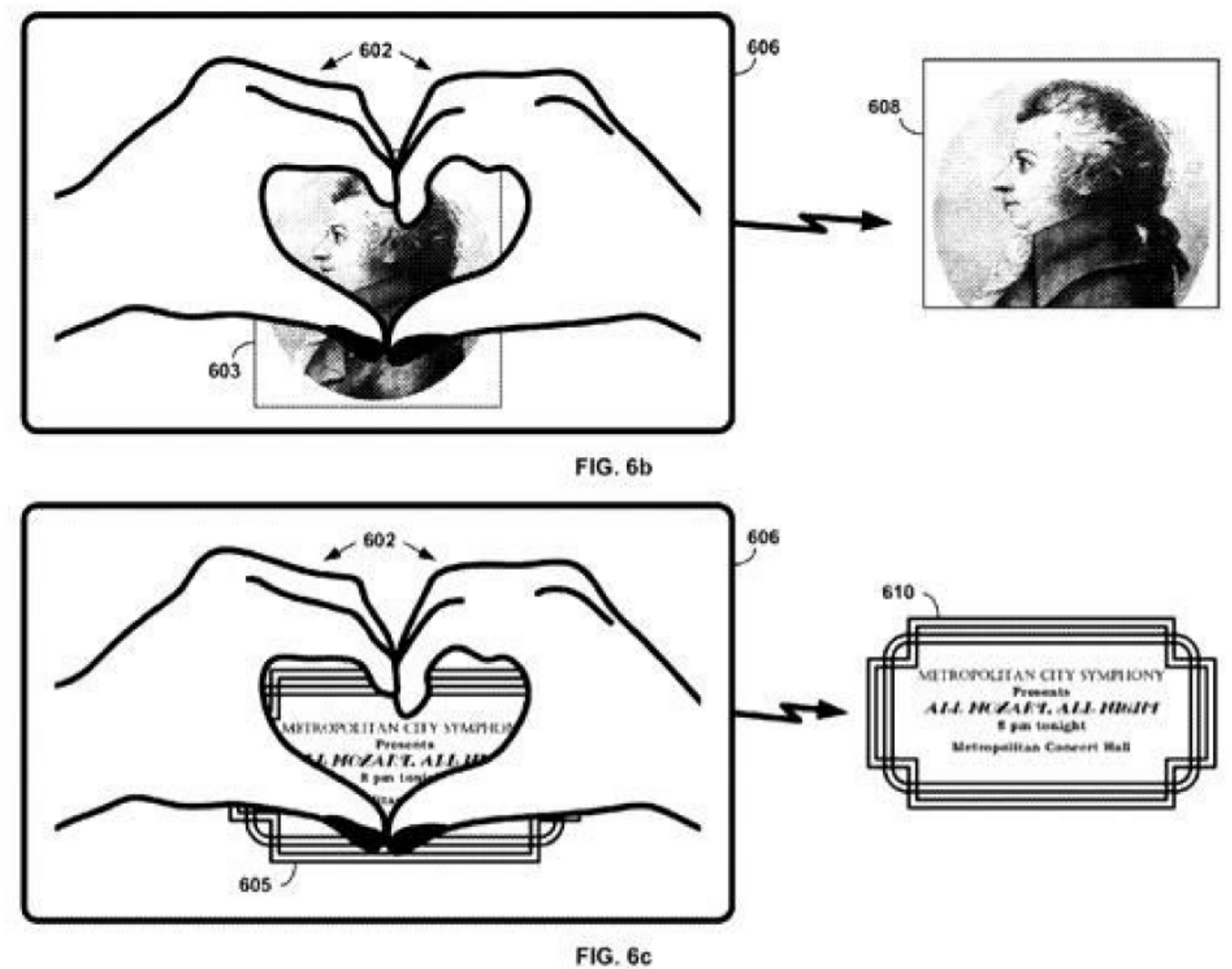
- (A) Aunque el sedentarismo es una característica del estilo de vida propio de mega-ciudades no interfiere en los problemas de salud.
- (B) Hay que dar premios a los proyectos que estén en el ámbito de la salud.
- (C) El enorme parque automotriz latinoamericano genera que el principal problema de Latinoamérica es que los vehículos nunca están inactivos.
- (D) En las grandes metrópolis, las enfermedades generadas por el estilo de vida son la principal amenaza a la salud.
- (E) El problema no es contribuir para un planeta más sustentable, sino hacer que las ciudades sean más habitables.

INGLÊS

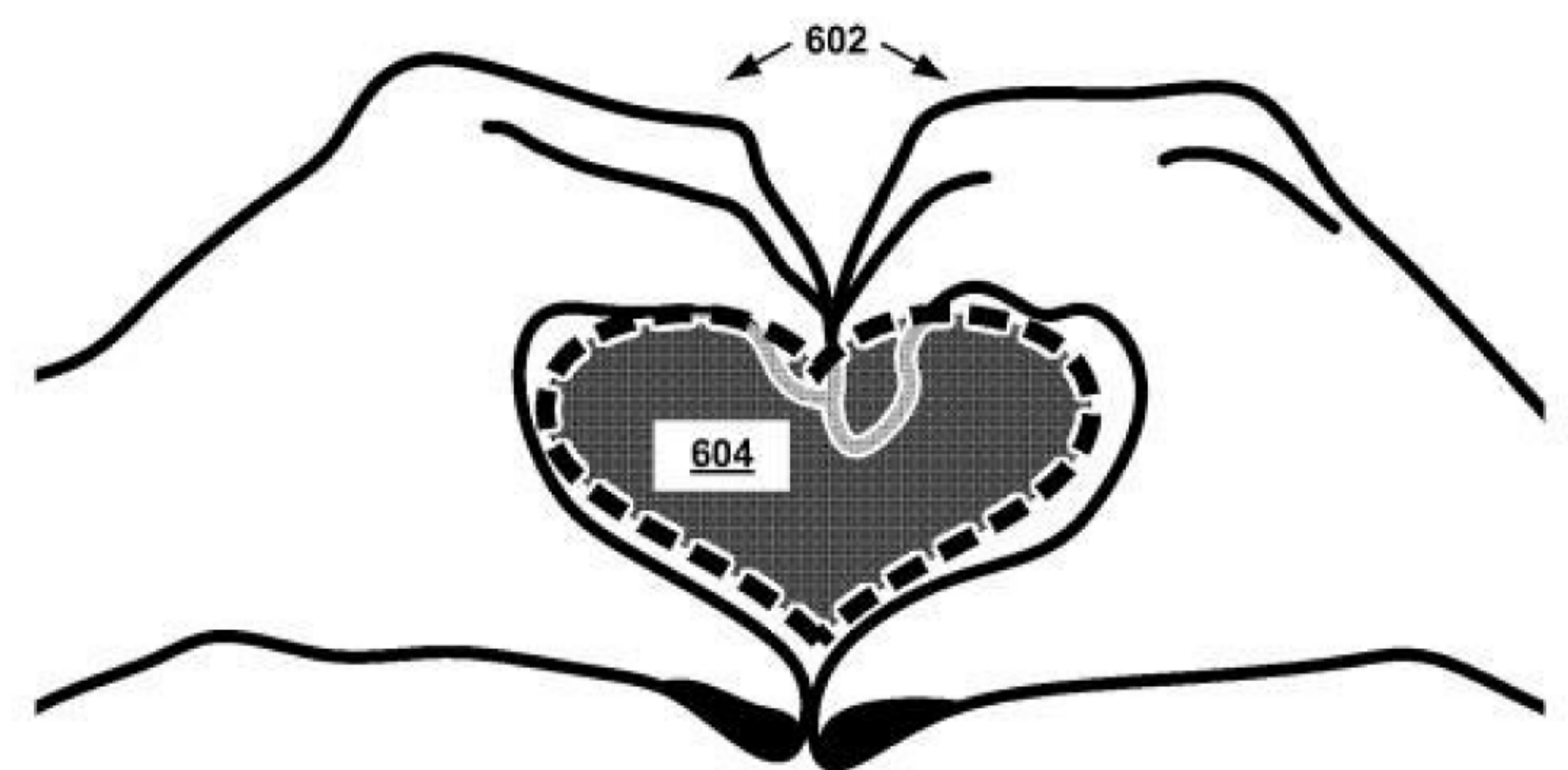
Read the text below to answer questions from 11 to 15.

GOOGLE'S NEW GESTURE PATENTS COULD LET GLASS USERS 'HEART' THINGS IN REAL LIFE

By Chris Welch on October 15, 2013

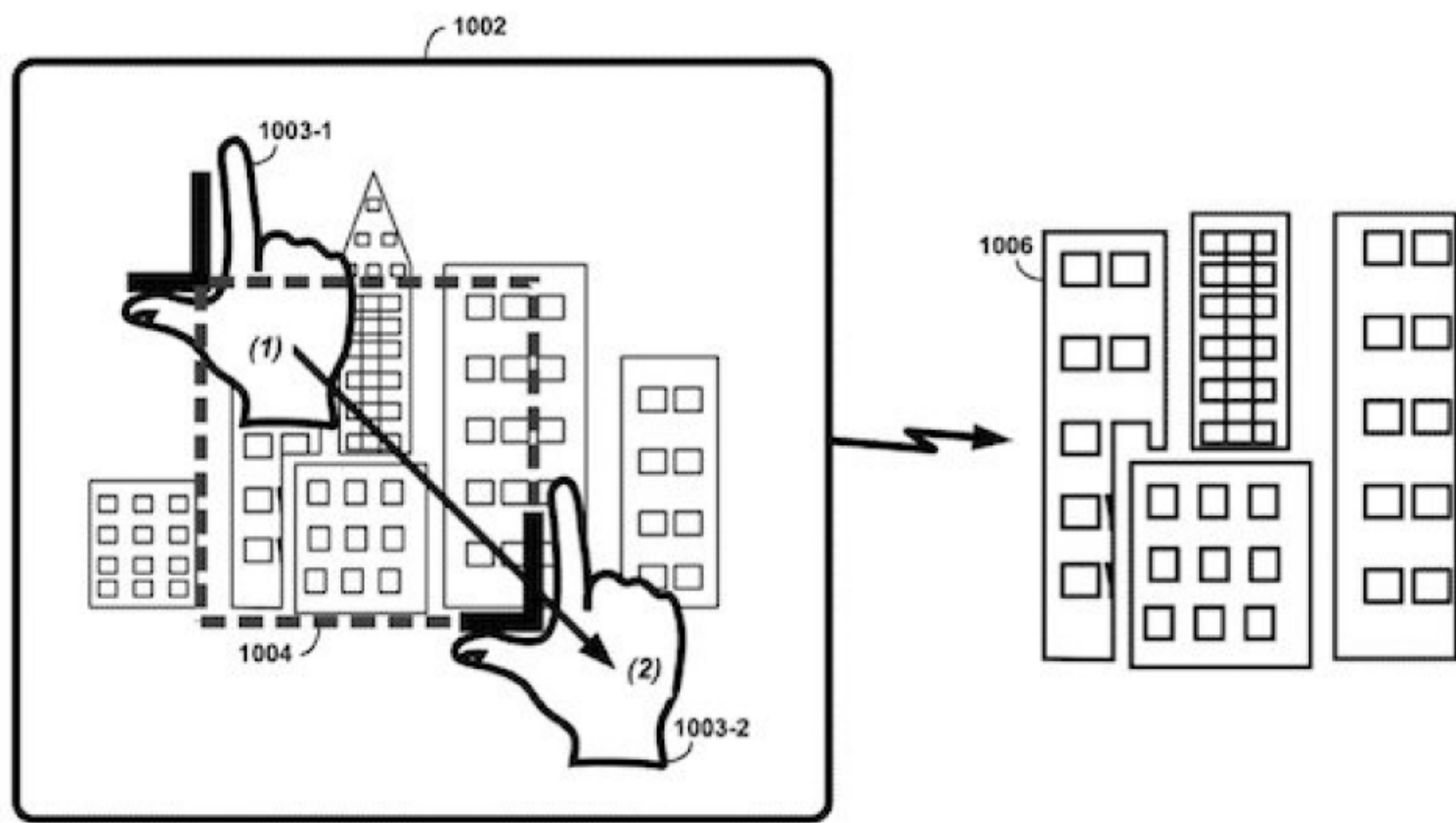


To many people, Google Glass already seems like something straight out of Minority Report, and newly granted gesture patents from the company will only reinforce that association. The patents outline an entirely new way of controlling Glass (or any other wearable computing device); one that tracks a user's hand gestures in an attempt to understand what's important or significant. One example cited puts a physical spin on the ubiquitous "like" action used across social media. Google's patent shows a user framing real-world objects with a heart-shaped hand gesture. Using its built-in camera, the wearable device would then analyze the framed content and intelligently "like" the highlighted object or location.



The possibilities would theoretically be endless for this sort of recognition-based user interface. Google says other gestures could include forming a right angle with your thumb and index finger, or moving your hand in the shape of a closed loop. Keep in mind that these patents aren't necessarily proof that Google intends to roll out such an unconventional way of interacting with technology anytime soon, but the company is clearly experimenting with new ways of controlling Glass that

move beyond head gestures, voice commands, and the device's "swipe bar."



(Disponível em <http://www.theverge.com/2013/10/15/4841764/google-gesture-patents-could-let-glass-users-heart-things-in-real-life>)

QUESTÃO 11

Which technology which was brought to fame through several sci-fi movies and popular culture and as having been patented by Google is referred to in the text?

- (A) Nanotechnology.
- (B) Robotics.
- (C) Biometrics.
- (D) Electroencephalography.
- (E) Artificial intelligence.

QUESTÃO 12

How does Google's new patent allow the user to interact with the interface?

- (A) Through a touch screen.
- (B) A voice detector.
- (C) Finger printing.
- (D) Face recognition.
- (E) Gesticulation.

QUESTÃO 13

What does the user have to do to allow the patent to 'like' real world objects?

- (A) Press it.
- (B) Put it on.
- (C) Operate it by hand.
- (D) Touch the screen.
- (E) Click a control.

QUESTÃO 14

What does the patent possibly provide Google with?

- (A) Future technological endeavors outside this interface.
- (B) An array of web databases.
- (C) Scope for further opportunities around this technology.
- (D) Leads to further research.
- (E) Endless potential for other software.

QUESTÃO 15

What are the implications, in the text, for Google and its' future in working with this technology?

The text implies:

- (A) There will be tones of new patents processed in the aftermath.
- (B) Other companies will offer lump sums to gain ownership.
- (C) Google will become the leaders of this global trend in phone usage.
- (D) The ramifications are that it won't necessarily cause mass production.
- (E) There will be a lot of roadblocks for future projects.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

Marque a assertiva errada.

- (A) Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.
- (B) O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- (C) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- (D) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da Constituição Federal, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo – um dos casos – quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- (E) O contrato individual de trabalho pode ser acordado de modo tácito e verbal, ao mesmo tempo.

QUESTÃO 17

A Lei Federal nº 7.783/89 dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e dá outras providências. Algumas de suas regras estão dispostas a seguir.

- I. São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
- II. É permitido o lockout apenas quando os trabalhadores estiverem oficialmente e juridicamente em greve.
- III. Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.
- IV. É considerado serviço ou atividade essencial, dentre outros, o serviço de atendimento ao cidadão nas Prefeituras.

Estão equivocadas quantas dessas regras?

- (A) Nenhuma.
- (B) Todas.
- (C) Duas, apenas.
- (D) Três, apenas.
- (E) Uma, apenas.

QUESTÃO 18

Sobre o aviso prévio, leia as proposições.

- I. É incabível o aviso prévio na despedida indireta.
- II. A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.
- III. Ao aviso prévio previsto na recente Lei Federal nº 12.506/11 serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
- IV. O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Quanta(s) está(ão) correta(s)?

- (A) Apenas duas.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas três.
- (D) Todas.
- (E) Nenhuma.

QUESTÃO 19

Tenha atenção na leitura das proposições a seguir

- I. O só pagamento dos salários atrasados em audiência ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
- II. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- III. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado não fará jus ao aviso prévio, às férias proporcionais e à gratificação natalina do ano respectivo.
- IV. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização a que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 20

Aponte a inadequada assertiva a respeito de salário, remuneração e equiparação salarial.

- (A) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.
- (B) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.
- (C) Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento. O aqui disposto não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e as suas autarquias e fundações públicas.
- (D) A prestação, em espécie, do salário será paga em moeda corrente do País. O pagamento do salário realizado com inobservância dessa regra considera-se como não feito.
- (E) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 21

A respeito da prescrição no Direito do Trabalho, tenha atenção às normas a seguir.

- I. A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988.
- II. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- III. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.
- IV. Contra os menores de 16 (dezesesseis) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

Qual a única alternativa incorreta?

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) Nenhuma está incorreta.

QUESTÃO 22

A respeito da decadência no Direito do Trabalho, assinale a única alternativa incorreta.

- (A) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, desde que de mérito.
- (B) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831 da CLT. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial.
- (C) Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.
- (D) Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
- (E) Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

QUESTÃO 23

Analisar as afirmações, a respeito das diferenças e semelhanças entre transação e renúncia no Direito do Trabalho.

- I. Para que haja transação, é essencial que ao menos duas pessoas estejam vinculadas entre si por meio de uma relação jurídica, da qual provêm obrigações e direitos.
- II. Se a norma objeto da renúncia tiver o caráter de proteção coletiva, ela é irrenunciável. No entanto, se possuir caráter patrimonial, é lícita a renúncia. Assim sendo, tem-se que, regra geral, o limite da renúncia depende da verificação se a norma é direito meramente individual ou se é de interesse da categoria.
- III. Entendida como liberalidade do trabalhador, a renúncia com cautela de direitos quando da assinatura do contrato de trabalho é permitida.
- IV. Tanto para a renúncia quanto para a transação há limites. Por exemplo: o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento, em nenhuma hipótese, exime o empregador de pagar o respectivo valor.

Estão corretas:

- (A) II e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) todas.
- (D) III e IV, somente.
- (E) I e IV, somente.

QUESTÃO 24

Uma das hipóteses a seguir, a respeito da jornada/trabalho extraordinário, contém informação errônea. Identifique-a.

- (A) Insere-se no cálculo da indenização por antiguidade o salário relativo a serviço extraordinário, desde que habitualmente prestado.
- (B) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- (C) Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.
- (D) Para as mulheres, em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.
- (E) O serviço extraordinário não excederá de 30 (trinta) horas semanais.

QUESTÃO 25

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o seguinte prazo:

- (A) Até o quinto dia corrido imediato ao término do contrato.
- (B) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (C) Até o quinto dia útil imediato ao término do contrato.
- (D) Até o quinto dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização deste ou dispensa de seu cumprimento.
- (E) Até o idêntico dia do mês seguinte imediato ao do término do contrato.

QUESTÃO 26

Algumas proposições a respeito da estabilidade empregatícia estão arroladas nas próximas linhas.

- I. Presume-se obstativa à estabilidade a despedida, sem justo motivo, do empregado que alcançar nove anos de serviço na empresa.
- II. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da suspensão do empregado.
- III. Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização, mas não de estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.
- IV. Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurada a este, quando despedido, indenização no montante de, não tendo direito à estabilidade, um terço da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.

Quantos incisos estão corretos?

- (A) Todos.
- (B) Apenas três.
- (C) Apenas um.
- (D) Nenhum.
- (E) Apenas dois.

QUESTÃO 27

O processo administrativo tributário, ou denominado ação fiscal, ou processo administrativo fiscal, caracteriza-se pelo conjunto de atos interligados nos quais o agente administrativo fica adstrito a agir de acordo com o que determina a legislação determinada. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Lançamento por declaração ou misto: ocorre quando o próprio contribuinte opera o lançamento e antecipa o pagamento, sob o controle genérico de fiscalização e da condição da homologação pela Fazenda Pública.
- (B) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- (C) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, excluídos os juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo não dependa de apuração.
- (D) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo ou de recurso de ofício.
- (E) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.

QUESTÃO 28

O princípio da anterioridade nonagesimal não é aplicado à fixação da base de cálculo dos seguintes impostos:

- I. IPVA
- II. IPTU
- III. ICMS
- IV. IPI
- V. IOF

Estão corretos apenas os incisos:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III, IV e V.

QUESTÃO 29

A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, não se interpreta da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida, quanto:

- (A) à autoria, imputabilidade ou punibilidade.
- (B) à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.
- (C) à quantidade do valor devido pelo sujeito passivo.
- (D) à capitulação legal do fato.
- (E) à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (B) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- (C) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto, taxa ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a restituição da quantia paga, caso se realize o fato gerador presumido.
- (D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, dentre outras, estabelecer quaisquer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, e utilizar tributo com efeito de confisco.
- (E) O princípio da anterioridade no direito tributário, segundo a Constituição Federal, não se aplica aos empréstimos compulsórios com despesas extraordinárias em caso de guerra externa ou sua iminência, ao IOF, ao IPI, aos Impostos extraordinários de guerra, ao Imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, e ao Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.

QUESTÃO 31

Apenas uma proposição não é considerada exceção ao princípio da legalidade (e legalidade estrita) tributária. Encontre-a.

- (A) Atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
- (B) Permissão constitucional para que os Estados e o Distrito Federal definam as alíquotas do ICMS monofásico incidente sobre combustíveis.
- (C) Majoração ou criação de tributo por meio de medida provisória.
- (D) Possibilidade de o Poder Executivo reduzir ou restabelecer a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- (E) Alteração as alíquotas do Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado ou do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo; ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato; à diminuta importância do crédito tributário a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso; e a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.
- (C) É permitida a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, até o trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- (D) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- (E) A prescrição se interrompe, dentre outras hipóteses, por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

QUESTÃO 33

Com exceção da hipótese que deve ser assinalada, segundo o CTN, é pessoalmente responsável:

- (A) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- (B) o doador, pelos bens doados.
- (C) o adquirente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos.
- (D) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- (E) o remitente, pelos tributos relativos aos bens remidos.

QUESTÃO 34

O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento (ressalvada a hipótese de que o crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado) nos seguintes casos:

- I. Reforma ou anulação de decisão condenatória.
- II. Erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.
- III. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.
- IV. Revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Quantos incisos estão corretos?

- (A) Todos
- (B) Nenhum.
- (C) Apenas três.
- (D) Apenas dois.
- (E) Apenas um.

QUESTÃO 35

Aponte qual alternativa possui a correta correlação respectiva entre os incisos (definições) e os nomes dos poderes da Administração Pública.

Dessa conceituação resulta que não há hierarquia no Judiciário e no Legislativo, nas suas funções próprias, pois ela é privativa da função executiva, como elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos. O _____ tem por objetivo ordenar, controlar, e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

O _____ é aquele que a lei (Direito Positivo) confere à Administração Pública para a prática de atos de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.

_____ é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei. Mesmo para a prática do _____, o administrador público deverá ter competência legal para praticá-lo; deverá obedecer à forma legal para a sua realização; e deverá atender à finalidade legal de todo ato administrativo, que é o interesse público.

_____ é o poder de explicar, de detalhar a lei para sua correta execução, sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei. É, em razão disso, indelegável a qualquer subordinado.

Faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores, _____ é exercido no âmbito dos órgãos e serviços da Administração. É considerado como supremacia especial do Estado.

- (A) poder discricionário; poder hierárquico; poder vinculado; poder vinculado; poder disciplinar; poder regulamentar
- (B) poder disciplinar; poder hierárquico; poder hierárquico; poder regulamentar; poder vinculado; poder discricionário
- (C) poder vinculado; poder hierárquico; poder disciplinar; poder disciplinar; poder discricionário; poder regulamentar
- (D) poder regulamentar; poder discricionário, poder discricionário; poder regulamentar; poder regulamentar; poder disciplinar
- (E) poder hierárquico; poder vinculado; poder discricionário; poder discricionário; poder regulamentar; poder disciplinar

QUESTÃO 36

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, tem-se por controle da Administração Pública o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Dentro desse tema, aponte a assertiva incorreta.

- (A) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (B) A revisão é o recurso de que se utiliza o servidor público, punido pela Administração, para reexame da decisão, em caso de surgirem fatos novos suscetíveis de demonstrar sua inocência.

- (C) Os meros atos administrativos não podem ser revogados.
- (D) O direito de reclamação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos de poder. Está regulamentado na Lei Federal nº 4898/65.
- (E) O Poder Legislativo exerce o controle financeiro da administração pública, sendo esse controle, inclusive, considerado sua função típica.

QUESTÃO 37

Identifique qual informação a respeito da estrutura e características da Administração Pública não condiz com sua construção constitucional.

- (A) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o teto constitucional remuneratório: de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro da saúde ou pesquisador; a de dois cargos ou empregos de profissionais de saúde.
- (C) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, que causem prejuízos ao erário.
- (D) Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios (teto) constitucional, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- (E) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável esse limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

QUESTÃO 38

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I. Para efeito de benefício trabalhista, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- II. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, facultado optar pela sua remuneração.
- III. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- IV. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua anterior remuneração.
- V. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.

Quantas estão corretas?

- (A) Apenas três.
- (B) Apenas quatro.
- (C) Nenhum.
- (D) Apenas dois.
- (E) Apenas um.

QUESTÃO 39

A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (B) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.
- (C) Finalidade do ato administrativo é o efeito jurídico imediato que o ato produz. Enquanto o objeto é o efeito jurídico mediato, a finalidade é o efeito jurídico imediato.
- (D) No ato administrativo complexo, praticam-se dois atos, um principal, e outro acessório, sendo este último pressuposto ou complementar daquele.
- (E) A licença é um ato administrativo precário, discricionário, pelo qual a Administração faculta ao particular o uso de bem público, ou a prestação de serviço público, ou desempenho de atividade material que, sem esse consentimento, seria legalmente proibida.

QUESTÃO 40

Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Caducidade: retirada do ato administrativo em razão da superveniência da norma jurídica que impede a sua manutenção.
- (B) Derrubada: retirada em virtude da edição de um ato que impede a manutenção do ato até então vigente.
- (C) Revogação: quando o ato é extinto por ser inoportuno ou inconveniente.
- (D) Contraposição: retirada do ato em virtude do descumprimento pelo beneficiário de uma condição imposta pela Administração.
- (E) Renúncia: retirada do ato pela rejeição realizada pelo beneficiário do ato.

QUESTÃO 41

Um roubo em ônibus em que um passageiro totalmente descuidado e desatento é morto exclui a responsabilidade do Estado ou da empresa concessionária do serviço público, uma vez que a ação do assaltante não tem nenhuma conexão com o serviço de transporte (Recurso Especial nº 142186). Essa excludente da responsabilidade do Estado está fundamentado(a) no(a):

- (A) culpa exclusiva da vítima.
- (B) culpa exclusiva de terceiro.
- (C) força maior.
- (D) responsabilidade subjetiva do estado.
- (E) culpa concorrente.

QUESTÃO 42

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. LESÃO CORPORAL. DISPARO DE ARMA DE FOGO PERTENCENTE À CORPORACÃO. POLICIAL MILITAR EM PERÍODO DE FOLGA. _____. Nessa contextura, não há falar de responsabilidade civil do Estado. Recurso extraordinário conhecido e provido. (STF. Relator: Ministro Carlos Britto. REExt nº 363423/SP, j. 16/11/2004)

Histórico: cuida-se de um policial militar, em período de folga, que, num momento de desacerto sentimental e de trato com a mulher com quem mantinha relacionamento amoroso, utilizou-se da arma da corporação e desferiu-lhe tiros, causando lesões corporais.

Qual o fundamento utilizado pelo E. Ministro ao afastar a responsabilidade civil do Estado?

- (A) O autor do disparo não se encontrava na qualidade de agente público, evidenciando a falta de nexos causal entre ação e dano.
- (B) A responsabilidade é subjetiva, tendo em vista o dolo (culpa) do agente público.
- (C) Culpa exclusiva da vítima, ao levar o autor do disparo ao extremo de seu limite psicológico, quebrando o nexos causal.
- (D) Mau funcionamento do serviço público estatal, não existindo ação dolosa ou culposa.
- (E) Culpa concorrente da vítima.

QUESTÃO 43

Algumas regras previstas na Lei Federal do Pregão estão descritas a seguir. Porém, uma não é verdadeira. Encontre-a.

- (A) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- (B) É vedada a exigência de garantia de proposta.
- (C) O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- (D) Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.
- (E) A equipe de apoio deverá ser integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, sempre pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

QUESTÃO 44

A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

- I. A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação, adjudicação e homologação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- II. A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- III. Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições do objeto da licitação ou do respectivo contrato, e os elementos técnicos sobre os quais poderão estar apoiados, a critério da autoridade competente, bem como previsão futura de orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.
- IV. A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas ou irrelevantes, limitem a competição, salvo se não houver recurso.

Está(ao) correto(s) apenas o(s) inciso(s):

- (A) I, II e IV.
- (B) II.
- (C) IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por essa citada Lei:

- I. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- II. tenham praticado reiterados atrasos nos pagamentos dos vencimentos de seus funcionários, após inequívoca notificação do Poder Público visando a regularizar sua situação.
- III. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- IV. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

Estão corretos os incisos:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) I, III e IV, somente.

QUESTÃO 46

A respeito da ordem econômica e financeira, prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País independe de autorização do Poder competente.
- (B) Não constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, salvo hipóteses previstas em suas leis autorizativas.
- (D) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida a esta a propriedade do produto da lavra.
- (E) Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

QUESTÃO 47

A respeito da ordem social, prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- (B) Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.
- (C) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- (D) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (E) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

QUESTÃO 48

É considerada norma constitucional de eficácia contida:

- (A) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (B) A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (D) A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; democratização do acesso aos bens de cultura; valorização da diversidade étnica e regional.

- (E) Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança
- (B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição Federal.
- (C) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- (D) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir ou modificar: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- (E) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a *laser*.
- (D) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.